nesP
Acompanhamento do Legislativo

Informativo do Projeto de Acompanhamento do Legislativo do Nesp (Arquidiocese de Belo Horizonte – PUC- Minas) n°2 – set/2010

Participação Política

De acordo com pesquisa realizada pela UFMG, em 2002, na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) apenas 17,4% dos cidadãos pesquisados participam de alguma entidade civil. Quase 45% dos entrevistados alegaram falta de tempo como principal motivo para o seu pouco envolvimento com a política, seguido de ausência de recursos (dinheiro, informação, etc) com quase 16%. Para alguns pesquisadores, quanto maior a escolaridade e a informação política de uma pessoa, maior a possibilidade de ela participar da política, por isso, para mudarmos o aparente quadro de desinteresse dos cidadãos pela política é preciso mudarmos as condições sociais, econômicas e culturais da população.

A mudança desse quadro é importante porque um dos princípios básicos para se ter um regime democrático é o envolvimento dos cidadãos na esfera pública e nas atividades da política. Fala-se do significado e das formas da chamada "participação política". Ela pode se consolidar nas ações mais simples como conversar com amigos e familiares sobre acontecimentos políticos, até nas mais complexas como associar-se em grupos e movimentos para reivindicar certos direitos e demandas.

Mas afinal o que seria participação política? Se tomarmos o significado da palavra *participação*, descobriremos que ela vem do latim *participatio* e significa "tomar parte em", compartilhar algo, associar-se pelo sentimento ou pensamento. Dizendo de outro modo, participação política é qualquer ação de indivíduos ou grupos com vistas a influenciar o processo político.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA É QUALQUER AÇÃO DE INDIVÍDUOS OU GRUPOS COM VISTAS A INFLUENCIAR O PROCESSO POLÍTICO

Atualmente, existem várias formas de participação na sociedade: a inserção em partidos, em sindicatos, em movimentos ecológicos, em organizações não governamentais, em movimentos de combate à corrupção, como ocorreu com a movimentação social que resultou na aprovação da lei 9840, contra a corrupção eleitoral e, recentemente, na aprovação do projeto Ficha Limpa.

Eleições 2010

Paula Motta

Primeiro dia do Ciclo de Palestras. Prof. Rodolfo Viana (E); Prof. Hermes Guerreiro (D); Profa. Raquel Beatriz (C).

O Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp) da PUC Minas e da Arquidiocese de Belo Horizonte realizou, nos dias 15, 16 e 20 de setembro, o Ciclo de Palestras Eleições 2010. Este evento fez parte das ações do Projeto Eleições, que foi realizado este ano pela terceira vez. O objetivo das atividades desenvolvidas foi refletir, junto com a comunidade universitária, sobre o processo eleitoral e incentivar a participação política dos estudantes. O evento foi organizado pelo Grupo de Acompanhamento do Legislativo do Nesp.

Os temas escolhidos para serem discutidos nesse ciclo de palestras foram: "A Lei e os crimes eleitorais", desenvolvido pelos professores e advogados Rodolfo Viana e Hermes Guerreiro; "Participação popular e a democracia no Brasil", debatido pela professora do curso de Ciências Sociais, Cristina Vilani, e por Wilba Lúcia Maia Bernardes, advogada e professora do curso de Direito. O terceiro tema, "Eleições e mídia no Brasil", foi abordado pela professora e jornalista Bertha Jeha Maakaroun, e pela professora do curso de Relações Públicas, Maria Ester Saturnino.

ARTIGO

Legislativo e democracia

Embora, no tempo de seu nascimento e no momento de formulação de seus fundamentos, Legislativo e democracia não coincidam – o primeiro deve-se à Idade Média e o segundo, à Grécia Antiga –, pode-se dizer que, hoje, a leitura de um condiciona a viabilidade do outro. Ou seja, dificilmente pode-se defender a sustentação de uma democracia sem o Legislativo e um Legislativo que não busque as fontes de sua legitimidade na democracia.

Se, em suas origens, a democracia grega autorizava um governo do povo em bases republicanas e o Legislativo, uma fiscalização dos atos do governo por seguimentos sociais, atualmente tais premissas devem ser conjugadas com os contextos de uma sociedade pluralista, diversificada e hipercomplexa. As mudanças autorizam a visualizar na democracia algo mais que a discussão patrocinada na Assembleia Constituinte francesa entre jacobinos e girondinos pela democracia direta ou indireta, bem como a redefinir o papel do Legislativo como algo para além do palco de formulação abstrata de leis.

Nesse sentido, a democracia somente se perpetua em uma sociedade que pratique a igualdade não somente formal, mas também material. A democracia grega de sociedade estratificada não pode ser incorporada, ainda que sutilmente, em sociedades que proclamem a dignidade da pessoa humana. Assim, não se trata apenas de defender a liberdade e a igualdade, referências francesas da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, mas de lhes dar bases que sejam fraternas. É com fundamento no ideal de fraternidade que se pode apostar na diversidade, admitir o outro e permitir a criação de lastros sociais. Com diria Habermas, assumiremos, assim, 'riscos compartilhados'.

Na referência ao Legislativo, admite-se que o espaço para a participação dos cidadãos na formulação das leis deve, nas sociedades modernas, estar muito mais aberto, flexível e ampliado. A possibilidade da adoção do mandato livre, também herança das teses da Revolução Francesa, não pode ser absorvida sem a necessária discussão, uma vez que somos nós, o povo, quem escolhe os representantes. O canal correto para a consolidação de leis que reflitam os anseios populares consiste em criar mecanismos, como o recall, que aproximem o povo dos parlamentares, que lhe permitam o controle e a transparência nas votações.

A tensão vivenciada pela democracia representativa, a partir do século XVIII, deve ser vista de modo a fomentar possibilidades de atuação não somente de nossos representantes, como do povo diretamente. A ideia de uma boa representação favorece o fortalecimento dos partidos políticos, da atuação das instâncias organizadas da sociedade civil e da noção de inserção social. No plano da democracia, a participação direta do povo permite-lhe visualizar o renascimento dos ideais republicanos e o coloca como ator ativo nos jogos decisórios do poder.

E é aproveitando essa tensão que devidos processos são fundamentais: legal, legislativo e administrativo. Isso quer dizer que, na seara dos três poderes, mecanismos de controle mútuo e por parte da população são tão necessários que tais poderes – Legislativo, Judiciário e Executivo – só se justificam, hoje, com base nessa visão.

A Constituição brasileira de 1988 absorveu a tensão salutar da democracia representativa e afirmou a democracia participativa. É uma Constituição que, sem dúvida nenhuma, ampliou os espaços de deliberação pública e permitiu ao povo assumir maiores responsabilidades.

A vocação cidadã desse Documento Constitucional se faz presente, principalmente, na abertura de mecanismos diretos de controle por parte da população nos órgãos de poder e nas estruturas do poder. Como formas diretas de transparência e controle da população podem ser citadas: a possibilidade de criação de comissões de participação popular nas Assembleias; as audiências públicas nas comissões e na atuação do Supremo Tribunal Federal; os institutos do plebiscito, referendo e da iniciativa popular; a ampliação dos legitimados no ajuizamento das ações diretas de inconstitucionalidade; o mandado de injunção, a inconstitucionalidade por omissão; a denúncia de contas irregulares aos Tribunais de Contas; o direito de petição; o mandado de segurança coletivo; etc. Todas essas formas de atuação refletem, também, a valorização dos movimentos sociais e a possibilidade de se ter uma sociedade civil organizada que tenha papéis importantes a cumprir.

Apesar das inovações introduzidas na Constituição de 1988 e, talvez, até em razão de suas previsões e do atestado de ineficiência dos velhos institutos, tem-se vivenciado crises vinculadas ao referencial da soberania popular, tanto no seu aspecto externo como no interno. No nível externo, a questão tornou-se mais emblemática com o fenômeno da globalização, e seus reflexos são sentidos em todos os Estados. No plano interno, a crise da soberania popular está diretamente ligada à atuação do Poder Legislativo. A deslegitimação do Legislativo como agente capaz de responder às aspirações populares mitiga a produção de leis e afasta a crença no poder do Direito como agente capaz de produzir paz social.

Para reforçar a noção de que, além de destinatários, somos coautores de nossas leis e, assim, insuflar a verdadeira democracia e recuperar as fontes de legitimidade do Legislativo, temos de nos fazer presentes e atuar de forma direta nos espaços que estão a descoberto na nossa Constituição esperando que expressemos nossas preferências. Façamos operar o mandado de injunção, a iniciativa popular, o direito de petição, para citar alguns.

Se é verdade que hoje se vive um déficit de legitimidade, não é menos verdade que o instrumental para tentar alterar esse quadro está muito mais "em nossas mãos" do que em qualquer outra época. Não há o que esperar, há muito por fazer.

Wilba Lúcia Maia Bernardes

Profª da Faculdade Mineira de Direito da PUC-Minas

As formas de acompanhamento do legislativo

O projeto de acompanhamento do legislativo tem a intenção de contribuir para que os cidadãos desenvolvam uma ação consciente e sólida na fiscalização do Poder Legislativo. Pretende-se oferecer informações que ajudem o cidadão a fazer cobranças fundamentadas aos mandatários, longe da descrença e da desesperança. A partir do convívio com diversas experiências de acompanhamento político passamos a refletir sobre o significado do termo acompanhamento e das práticas nomeadas com este termo.

O termo acompanhamento pressupõe a execução de uma ação e o conhecimento de seus efeitos. Traz a noção de responsabilização e comprometimento. Faz diferença, portanto, ações como acompanhar um mandato e acompanhar uma comissão; monitorar a tramitação de um projeto e o desenvolvimento de um tema; fiscalizar o poder legislativo ou fiscalizar ações individuais dos parlamentares. As ações que os grupos de acompanhamento realizam causam efeitos diversos e eles são condizentes com as metodologias escolhidas.

Uma forma de o cidadão realizar o acompanhamento do legislativo é acompanhar o mandato de um parlamentar. Nesse caso há pelo menos duas maneiras de isso ocorrer. Uma delas pode ser organizada pelo próprio mandatário. Consideramos que nessa modalidade estão os chamados coletivos ou conselhos de mandato. Nesses coletivos ou conselhos, há reuniões mais ou menos periódicas organizadas pelos próprios gabinetes dos mandatários, que convidam seus apoiadores para discutirem os rumos de sua atuação política. Os frequentadores dessas reuniões acompanham o mandato daquele parlamentar geralmente por adesão às posições políticas do eleito e não necessariamente para fiscalizar suas ações.

Outra forma de se acompanhar o mandato de um parlamentar em particular são as conferências, bate-papos, palestras promovidas por grupos sociais diversos, organizações sindicais, grupos estudantis, ou ligados a alguma pastoral, por exemplo. Os grupos convidam parlamentares para discutirem seus mandatos em debates públicos. Nesse caso, o interesse é o de monitorar e fiscalizar o mandato do eleito. Os participantes do evento não têm, necessariamente, compromisso com as ideias do mandatário. Ao contrário, procuram conhecer suas ações e seu modo de pensar através do debate. Muitas dessas reuniões discutem o comportamento do mandatário em relação a determinado tema geral ou específico.

O acompanhamento realizado pelo GAL do Nesp pressupõe a fiscalização, o monitoramento, a reflexão e a produção de informações que possibilitem uma leitura estratégica do Poder Legislativo. Por isso preocupamo-nos em acompanhar o movimento dos diversos agentes políticos nos espaços instituídos da casa legislativa: suas comissões e o plenário. Assim, interessa-nos o trabalho das comissões e os temas que cada uma desenvolve, e o modo como se dá a presença dos movimentos sociais no interior da ALMG.

Pastoral Fé e Política promove conversa com os vereadores de Belo Horizonte

A Pastoral Fé e Política da Paróquia Santa Efigênia dos Militares realizou, no ano de 2009, o projeto "Mesa Redonda com os Vereadores". Este projeto teve como objetivo convidar os membros do legislativo municipal para uma conversa, na qual foram discutidos assuntos de interesse da comunidade. O critério de escolha do convidado era que ele fosse pessoa comprometida com a doutrina cristã. A metodologia do encontro previa que, primeiramente, os vereadores falassem sobre sua biografia, quais os motivos que o levaram a concorrer à eleição, a escolha do partido, etc. Solicitou-se que eles enumerassem alguns de seus projetos e os explicassem. Em seguida, a palavra era aberta aos demais participantes. Também foram sugeridas algumas ideias para análise e apreciação dos vereadores. No ano passado, foram convidados 03 vereadores. Este ano foram programados alguns eventos voltados para as eleições 2010. O grupo informa que suas reuniões acontecem na quarta terça-feira de cada mês, na Rua Alvares Maciel 223 - Bairro Santa Efigenia - Belo Horizonte. Telefone de contato: 3241-1348.

O trabalho das comissões

No primeiro semestre de 2010, acompanhamos diversas comissões temáticas da ALMG, dentre as Orçamentária, Educação, Segurança Pública, Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Fazemos aqui u Veja os destaques de cada comissão.

Na **comissão de Constituição e Justiça** podem ser analisados projetos de lei de grande relevância social, como os que tratam de decisões que afetam todo o Estado de Minas Gerais. Mas podem ser vistos alguns projetos que versam sobre matérias irrelevantes ou ineficazes como, por exemplo, o projeto de lei 4363/2010 que "Dispõe sobre o limite de horário para o término de competições esportivas nos estádios localizados no Estado de Minas Gerais e dá outras providências". De acordo com a proposta "as competições esportivas nos estádios, ginásios e afins no Estado de Minas Gerais devem findar, no máximo, até as 23h 15 min.". Curiosa é a justificação dada ao projeto. O deputado proponente afirma que "temos problemas em relação ao transporte público, e o público encontra dificuldades em retornar às suas residências após as competições. Os problemas de segurança, de igual forma, são constantes". O que surpreende é que, ao invés de propor que o cidadão tenha mais transporte e mais segurança para seu lazer, o proponente faz ao contrário: propõe que as pessoas diminuam seu tempo e mudem seu modo de lazer por causa dos problemas que devem ser resolvidos pelos governantes: transporte e segurança.No caso desse projeto, a Comissão de Constituição e Justiça votou o parecer do relator (pela constitucionalidade) e o rejeitou em maio deste ano.

Na **comissão de fiscalização financeira e orçamentária** pudemos assistir a um acalorado debate em torno de vários pontos. Exemplo disso é o que ocorreu no dia 28/04 envolvendo uma grande questão, qual seja a de se definir exatamente o que deve ser considerado próprio da área da saúde. Foi um debate acirrado que mostrava duas posições que podem ser resumidas na seguinte pergunta: os gastos com saneamento básico devem ser computados como gastos em saúde?

Dentre todos os projetos que foram discutidos durante este tempo, destaca-se o PL 1939/2007 que "dispõe sobre a implantação de dispositivo que permite a localização de detentos beneficiados por indulto ou liberdade condicional". Este é um dos projetos de tramitação demorada na casa. Sua deliberação deve se dar em dois turnos e ele está pronto para ordem do dia para votação, ainda em primeiro turno, embora tenha iniciado sua tramitação em dezembro de 2007. Ele já passou pelas comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Constituição e Justiça e Segurança Pública. A natureza polêmica da matéria pode ser uma das justificativas da demora na tramitação.

s na Assembleia Legislativa

tre as quais destacamos: Constituição e Justiça, Fiscalização Financeira e aqui uma síntese das atividades acompanhadas nos meses de abril e maio.

A **Comissão de Segurança Pública** se dedicou a debater diversos problemas de segurança que foram denunciados pela imprensa no período que a observamos. Atenta para os problemas imediatos, a Comissão visitou várias cidades do estado como, por exemplo, a cidades de Curvelo, e de Divinópolis. As reuniões nestas cidades se deram para que se discutissem questões relativas à segurança pública dos municípios e região.

Além das visitas a essas cidades, a comissão discutiu outros assuntos que tiveram repercussão na mídia como as possíveis formas de combater a prática dos assaltantes conhecida como "saidinha de banco", que ocorre após o saque no caixa dos bancos ou caixa eletrônico.

No período aqui mencionado observou-se maior número de visitas e de audiências públicas do que votação de projetos de lei. Destaca-se a realização de um Seminário sobre o tema na primeira semana de agosto.

A **Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**, no período compreendido entre os dias 27 de abril a 25 de maio de 2010, não realizou nenhuma das reuniões previstas. Todas as reuniões foram canceladas em decorrência da falta de quórum. Nesse período constavam na pauta, por exemplo, o PL 4.120/2009 que dispõe sobre a afixação de informações referentes a gorjeta ou taxa de serviço nos locais que especifica e dá outras providências; e o PL 4.124/2009 que cria a obrigatoriedade de informações sobre os direitos dos consumidores no verso das notas fiscais emitidas no Estado de Minas Gerais. São projetos que tiveram sua tramitação retardada por causa da ausência das reuniões no período citado. Ambos os projetos foram apreciados apenas no mês de Julho, e encontram-se pronto para ir a plenário.

A **comissão de educação** esteve ocupada com a discussão a respeito da situação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Estiveram presentes na comissão professores e alunos da instituição que estavam em greve. Os alunos reclamaram da falta de uma política de ensino superior em Minas Gerais. De acordo com os grevistas, na universidade apenas 30% dos professores são concursados, não há políticas de assistência estudantil, a titulação dos professores não é reconhecida; 50% do salário são gratificações; reivindicam orçamento, bolsas de estudo; carreira. O representante dos estudantes afirmou que a Universidade precisa de restaurante universitário; moradia universitária; ampliação dos laboratórios; acesso à pesquisa; construção de um centro de desenvolvimento infantil; construção de um teatro.

Outro assunto que vimos acompanhando desde o ano passado é a tramitação do Plano Decenal de Educação. Sobre ele, no dia 30 de junho a comissão de Educação aprovou o parecer, que já se encontra, desde então, pronto para ser votado em plenário em segundo turno. Deve-se destacar que o projeto iniciou sua tramitação em abril de 2008 e ainda não teve sua tramitação concluída.

Projetos de lei de iniciativa popular poderão ter assinatura digital

Tramita na Assembléia Legislativa de Minas Gerais a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº. 44/2008, que acrescenta parágrafo ao art. 67 da Constituição do Estado permitindo que as assinaturas dos projetos de lei de iniciativa popular possam ser coletadas eletronicamente via internet.

Para avaliar a proposição tiveram início os trabalhos da Comissão Especial para emitir parecer sobre a emenda. Em 22 de abril houve uma reunião extraordinária para que o relator da PEC pudesse ler o seu parecer. A proposta foi aprovada pelos deputados da comissão.

A emenda, se aprovada, contribui para a participação da população e possibilita que os projetos de iniciativa popular tenham adesões de modo mais rápido. Com a possibilidade de usar a internet para coleta de assinaturas ficará mais fácil a população participar. Até então as assinaturas são coletadas em pontos físicos definidos e quem não pode se deslocar em determinado dia e horário consequentemente não participa, dificultando o cumprimento da meta exigida por lei.

Se a matéria for aprovada em Plenário e sancionada pelo governador será uma vitória e tanto. Mas veja como a tramitação dessa matéria tão relevante tem sido lenta. De acordo com informações colhidas no sitio da ALMG, a PEC 44/2008 foi apresentada em plenário no dia 16 de abril de 2008, foi publicada no Diário do Legislativo dois dias depois e enviada para a comissão especial para receber parecer. No dia 23 de abril do mesmo ano a comissão especial foi designada e a PEC foi recebida por ela no dia 25 do mesmo mês. Parecia que a tramitação seria rápida. Mas não é o que ocorreu. No dia 30 de abril de 2008 foi constituído o relator. O relatório foi lido e apreciado em primeiro turno somente em abril deste ano, portanto, dois anos depois. Foi aprovado com uma emenda. A matéria está pronta para ser apreciada pelo plenário, mas ainda não entrou na pauta. Não se sabe por que essa matéria tão importante demora tanto para ser apreciada pela comissão constituída especificamente para este fim.

Tramitação de uma emenda constitucional na ALMG

Uma Proposta de Emenda a Constituição (PEC) pode ser apresentada por no mínimo 1/3 dos Deputados Estaduais ou pelo Governador do Estado, ou ainda pelas Câmaras Municipais, com o mínimo de 100, manifestada pela maioria de cada uma delas.

Deve ser votada em dois turnos, somente será considerada aprovada se obtiver 3/5 dos votos dos membros da Assembléia Legislativa. A Proposta de Emenda Constitucional que for rejeitada na Assembléia Legislativa, não pode ser reapresentada na mesma sessão.

Ritmo de trabalho na ALMG está lento no segundo semestre

Desde agosto as atividades das comissões na ALMG estão tendo um ritmo muito lento. Atribui-se a lentidão ao envolvimento da maioria dos deputados no processo eleitoral. Dos 77 deputados, apenas um não é candidato nessas eleições. Parece que os parlamentares estão mais envolvidos com sua campanha que com o trabalho legislativo propriamente dito. Veja informação do funcionamento de algumas comissões nos meses de agosto e setembro. Os dados foram retirados do próprio sitio da ALMG. Foram levantadas as reuniões ordinárias previstas em agosto e na primeira quinzena de setembro.

Comissão	Reuniões previstas	Reuniões não realizadas
Direitos Humanos	7	3
Assuntos Municipais	7	3
Meio ambiente	7	6
Participação Popular	8	4
Educação	7	6
Defesa do consumidor	6	5
Política Agropecuária	6	6

Trabalhadores marcaram presença na ALMG

Várias organizações sindicais estiveram presente na ALMG durante o primeiro semestre de 2010. Geralmente os presentes acompanhavam a tramitação de projetos de lei de interesse direto das categorias que representam, como se pode ver nas seguintes ocasiões: em 06/05/2010 esteve no plenário representantes do Sinjus-MG e do Serjusmig. Defendiam o apoio ao PL 4389/2010 que versa sobre o estabelecimento da data base dos trabalhadores da justiça. Esse projeto, de autoria do Tribunal de Justiça, iniciou sua tramitação em 24/03/2010 e já se transformou em lei. Significa que tramitou em três meses, pois foi publicada em 1/06/2010.

Outro grupo de militantes presentes na ALMG foi o formado pelos professores da rede pública estadual. Eles compareceram à Praça da Assembléia no dia 15/04 para solicitar apoio dos parlamentares para as reivindicações da categoria. Essa manifestação fez parte do movimento grevista dos professores que havia se iniciado no dia 08 daquele mês.O principal objetivo da greve era a implementação do piso salarial de R$1.312,00. Deve-se registrar que, embora tenha sido votado um projeto que altera os salários dos professores, ele só entrará em vigor em janeiro de 2011 e foi considerado insuficiente pela categoria.

Guilherme Dardanhan/ALMG

Manifestação dos professores da rede estadual

Outras instituições sindicais estiveram presentes para discutir assuntos importantes para os trabalhadores: a União Geral dos Trabalhadores (UGT), o Sindmetal, de São João del Rei, o sindicato dos policiais civis.

Política de tecnologia social tramita na Assembleia

Soro caseiro; cisternas para captação de água da chuva; uso de barraginhas para melhoria da qualidade do solo; geração de créditos de carbono; compostagem de matéria orgânica do lixo; tratamento de dejetos da suinocultura. Esses são alguns exemplos de tecnologias sociais apresentados na audiência pública da comissão de Educação da Assembléia Legislativa realizada no dia 29/04/2010.

A criação da política de incentivo à tecnologia social foi proposta pelo projeto de lei 3815/2009 que tramita em primeiro turno na Casa. O objetivo é desenvolver, juntamente com a sociedade, tecnologias que apresentem soluções para melhorar a qualidade de vida da população. O conhecimento produzido em universidades seria adaptado à realidade da população ou as técnicas populares seriam aperfeiçoadas dentro de uma perspectiva de sustentabilidade.

De acordo com a proposição, tecnologia social é "o conjunto de atividades relacionadas com planejamento, pesquisa, criação, adaptação, desenvolvimento e aplicação de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, que representem soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida da população". O fim principal é promover técnicas de desenvolvimento sustentável proporcionando a integração do conhecimento acadêmico ao conhecimento popular.

A proposição foi considerada constitucional pela Comissão de Constituição e Justiça e agora receberá parecer da Comissão de Educação e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária antes de ser enviado para a aprovação no plenário.

O uso dos requerimentos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Desde o início de 2010 decidimos olhar para a atuação das comissões e dos parlamentares em sua ação de agente fiscalizador do poder executivo. Por isso, voltamos nossas atenções para o uso do requerimento nas instâncias da ALMG. Iniciamos uma pesquisa, que ainda está em andamento, da qual trazemos aqui algumas observações iniciais sobre o uso do requerimento no ano de 2007. Os dados para essa pesquisa são colhidos no próprio site da ALMG. A partir deles organizou-se uma amostra sistemática dos requerimentos numerados com tramitação encerrada no ano de 2007 (209 casos), tendo uma margem de erro de 4% para mais e para menos.

Nesse trabalho de análise, compreende-se que os requerimentos são uma petição redigida dentro das formulações legais com o intuito de requerer e solicitar algo. Assim, o requerimento torna-se um tipo de proposição usada pelo parlamentar ou por uma comissão temática para pedir que alguma providência seja tomada.

Deve-se ressaltar que os requerimentos são de suma importância para o processo legislativo e para a sociedade como um todo, pois podem ser usados com o objetivo de fiscalização do Poder Executivo, ou seja, como um instrumento de controle externo para que as ações do executivo sejam cada vez mais transparentes. Para se ter clara essa importância dos requerimentos, lembramos que através deles podem ser solicitadas informações, podem ser convocados secretários para dar esclarecimentos sobre alguma ação do executivo, podem ser solicitadas as audiências públicas.

Ao analisar os requerimentos de 2007, observamos que os deputados estaduais usaram mais esse instrumento do que as comissões temáticas: 57,4% dos requerimentos publicados em 2007 tiveram como autoria algum deputado estadual; enquanto 42,6% foram formulados por alguma comissão legislativa da ALMG.

Em relação aos assuntos/temas dos requerimentos publicados em 2007 e com tramitação encerrada temos a presença de temas como Habitação, Direitos sociais e Educação, Transporte, Segurança Pública, todos muito relevantes. Mas pode-se perceber que o principal assunto dos requerimentos publicados é o ato de homenagem e honorífico, o que consiste em requerimentos que expressam manifestações de aplauso e/ou votos de congratulações e pesar, com 50,2% da amostra. Em segundo lugar vêm os requerimentos cujo assunto é a segurança pública com 7,7%, seguido pelo tema do transporte/rodovia com 7,2%.

A partir da constatação de que a maioria dos requerimentos foram usados para solicitar que alguma(s) pessoa(s) ou algum órgão de Minas Gerais fosse homenageado, nota-se que, naquele ano, esse instrumento legislativo não foi usado preferencialmente como uma ação de fiscalização e controle externo do poder executivo.

Se compararmos o modo como os deputados e as comissões fizeram uso dos requerimentos, em 2007, constata-se que quase 82% dos requerimentos formulados pelos deputados estaduais são pedidos de homenagens, enquanto que quando o autor é uma comissão parlamentar esse número cai para 7,9%. O tema preferido quando o autor é uma comissão legislativa e não um deputado é o da segurança pública com 15,7% dos requerimentos formulados.

A pesquisa em andamento pretende discutir a utilização dos requerimentos nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. O banco de dados está sendo concluído e em nossas próximas edições continuaremos a discutir sobre esse assunto.

EXPEDIENTE

O Informativo do Projeto de Acompanhamento do Legislativo é uma publicação de responsabilidade do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp), da Arquidiocese de Belo Horizonte, Vicariato para a Ação Social e Política, e da PUC-Minas. O conteúdo desse informativo é de responsabilidade dos responsáveis pelo Acompanhamento Legislativo no Núcleo.

Coordenador do Grupo Gestor do Nesp: Prof. Robson Sávio Reis Souza | **Coordenadora do Acompanhamento do Legislativo:** Profa. Raquel Beatriz Junqueira Guimarães | **Edição gráfica:** Flávia Guimarães | **Gravuras:** Margarida Campos | **Impressão:** FUMARC

nesP
núcleo de estudos sociopolíticos
PUC Minas
Vicariato para a Ação Social e Política
Arquidiocese de Belo Horizonte

e-mail: nesp@pucminas.br
blog: www.pucminas.br/nesp/legislativo
Telefone: 3319-4978 – (atendimento pela manhã)